

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 148/2021

VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Ciro Pereira que *Estabelece vaga(s) exclusiva(s) para gestante e pessoa acompanhada de criança de colo.*

A justificativa do autor encontra-se na fl. 02.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 03/10.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

Em síntese, é o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 148/2021, em suma, almeja tornar obrigatório vagas exclusivas para gestante e pessoas acompanhadas de criança de colo nas edificações de uso comercial, mista ou de serviços que possuam vagas privativas de estacionamento.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

Diret. Legislativa-13-Ser-2021-13:44-002425-1/2

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e da Constituição Estadual.

A proposição em comento, por tratar de matéria concernente ao interesse local, encontra-se em consonância com a competência municipal estabelecida no Art. 30, I, da Constituição da República, bem como com a disposição do art. 171, I da Constituição Mineira.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 171 – Ao Município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Salvo a disposição do Art. 5º, o Projeto de Lei nº 148/2021 não ventila em sua matéria preceitos sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, tampouco estabelece atribuições à órgãos do Poder Executivo. Trata-se, pois, de proposição normativa que cria exclusivamente obrigação a particulares.

Não obstante o alegado acima, constata-se que o nobre vereador excedeu os limites de sua competência no art. 5º ao determinar, ao Executivo Municipal, prazo para a regulamentação da lei. *In verbis*:

Art. 5º- O Executivo regulamentará esta Lei em até 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Ao estabelecer prazo para o cumprimento da medida, o Projeto criou uma obrigação ao Poder Executivo, o que não é aceitável em face do princípio da harmonia e independência entre os poderes. Há de se reconhecer, então, que, neste ponto específico, há vício de iniciativa a inquinar de inconstitucionalidade formal o dispositivo legal, o que pode ser suprimido com a proposição de emenda.

Nestes termos, a proposição em comento - mediante a apresentação da emenda -, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

2.2 Da Legalidade

A doutrina tem adotado o entendimento de que o princípio de juridicidade engloba o princípio da legalidade. A distinção entre ambos consiste no fato de a juridicidade encontrar-se no domínio amplo de direito. Exige-se do ato a conformidade não só com as regras jurídicas, mas, também, com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito, previstos explícita e implicitamente na Constituição. Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com princípios que informam o ordenamento jurídico, consagrados pelos diversos ramos do Direito.

Passada a introdução supra, parte-se para a análise da juridicidade e da legalidade.

Cumpre ressaltar, em primeiro momento que as gestantes e as pessoas com criança de colo estão enquadradas como Pessoa com mobilidade reduzida, conforme definições dispostas no art. 3º, inciso IX, da Lei 13.146 de 2015.

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

(...)

IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

Com tal consideração, observa-se que diversos dispositivos legais exigem a observância da acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida.

- Lei 10.098 de 2000 que *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a*

promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

- Decreto nº 5.296 de 2004 que *Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.*

Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

- Lei 13.146 de 2015, que *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).*

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Diante do arcabouço normativo supra, observa-se que o Projeto de Lei nº 148/2021 busca implementar mais um meio de viabilizar a acessibilidade das gestantes

e das pessoas com crianças de colo.

Observa-se, portanto, que não há conflito da proposição em apreço com as demais legislações infraconstitucionais do ordenamento pátrio. Evidencia-se, também, o caráter inovador ao atribuir vagas exclusivas às gestantes e às pessoas acompanhadas de criança de colo nas edificações de uso comercial, misto ou de serviços que possuam vagas privativas de estacionamento.

O Projeto de Lei nº 148/2021, dessarte, está em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio, sendo respaldado pela legalidade e pela juridicidade.

2.3 Da Regimentalidade


Não se vislumbra, no que diz respeito à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 148/2021, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 148/2021 com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2021


Vereador Irlan Melo


EMENDA SUBSTITUTIVA Nº ____ AO PROJETO DE LEI Nº 148/2021

Dá-se a seguinte redação ao Art. 5º do Projeto de Lei 148/2021:

"Art. 5 - Caberá ao poder executivo a regulamentação desta lei. "

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2021

Vereador Irlan Melo





PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 154/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 154/2021 de autoria do nobre Vereador Rubão, que ***“Dispõe sobre o sistema de gerenciamento e manutenção de obras de Arte Especiais - Sigoa - no âmbito do Município e dá outras providências”***.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 154/2021 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) Fundamentação

O Projeto de Lei nº 154/2021 alvo deste parecer, tornar obrigatória a utilização do Sistema de Gerenciamento e Manutenção de Obras de Arte Especiais - Sigoa - em Belo Horizonte, sendo considerado como obra de arte especial nos termos do projeto: ponte, viaduto, passarela e túnel utilizados para transposição de obstáculo, permitindo a continuidade da passagem de



pessoa, animal e veículo em via, independentemente do material construtivo que a componha; sendo também incluídos: barragem, dique, muro de contenção, talude e outra obra de engenharia executada pelo poder público, diretamente ou sob concessão, nos logradouros municipais.

O “Sigoa” deverá obedecer a metodologia recomendada pelas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - e incluirá vistorias, inspeções, intervenções de manutenção, análises e planejamentos.

Em suma, o Autor do PL justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

“Frequentemente deparamos com notícias de viadutos ou passarelas que caíram em cima de pessoas ocasionando a morte de algumas delas. Este projeto tem o intuito de obrigar o poder público de fiscalizar pelos menos uma vez ao ano as condições de nossos viadutos, passarelas e passagens de nível para que tragédias sejam evitadas.

O projeto proporcionará ao munícipe a tranquilidade de que as obras públicas consideradas pela Sistema de Gerenciamento e Manutenção de Obras de Arte Especiais - Sigoa - já realizada na cidade, tenham segurança para o seu uso.”

Desde já, gostaríamos de cumprimentar o Vereador Rubão pela iniciativa. Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.



Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional**, **legal** e **regimental** do Projeto.

1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 154/2021.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma *compatibilidade vertical* das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal** e **material**.



A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 154/2021.

No que tange à análise quanto ao aspecto formal da constitucionalidade, temos que no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado **o princípio da separação dos poderes**:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

O que também é ratificado pelo **art. 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais**:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Dessa forma, não é admissível que um Poder ingresse na área de atuação do outro Poder, que invada as competências que lhes foram atribuídas.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Dito isto, temos os seguintes dispositivos presentes no PL 154/2021:

Art. 1º - É obrigatória a utilização do Sistema de Gerenciamento e Manutenção de Obras de Arte Especiais - Sigoa - em Belo Horizonte.

Art. 2º - O Sigoa obedecerá metodologia recomendada pelas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - e incluirá vistorias, inspeções, intervenções de manutenção, análises e planejamentos.

Temos que tais determinações encontram-se no âmbito da atividade administrativa do Município, cuja organização, funcionamento e direção superior cabe ao Chefe do Executivo Municipal, com auxílio dos Secretários Municipais.

Assim, o Projeto ao dispor sobre as atribuições de órgãos e entidades da administração pública, nesse caso específico da Secretaria Municipal de Obras e



Infraestrutura, acaba por incorrer em indevida ingerência nesse Poder, implicando na transgressão ao princípio da harmonia, separação e independência dos Poderes conforme preconizado pelas Constituições Federal e Estadual.

Essa conclusão está em sintonia com o princípio da simetria, que determina que os Estados e os Municípios sujeitem suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas às normas jurídicas presentes na Constituição Federal, principalmente as relacionadas a estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação.

Observarmos a aplicação do referido princípio nos seguintes dispositivos da Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH, respectivamente:

Constituição Mineira:

Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

III – do Governador do Estado:

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos **demais órgãos da Administração Pública**, respeitada a competência normativa da União;

LOMBH:

Art. 88 - São matéria de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

II - do Prefeito:



d) a criação, organização e definição de atribuições de órgãos e entidades da administração pública, exceto as da Defensoria do Povo;

Ambos dispositivos guardam simetria com a seguinte determinação da Magna Carta:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Verifica-se assim, que nos termos do princípio da separação dos poderes, a Lei Orgânica e a Constituição Estadual, perfilhando as diretrizes da Constituição Federal, atribuem a um Poder competências próprias, insuscetíveis de invasão por outro.

Não se trata, portanto, de atividade sujeita a disciplina legislativa. Assim, o Poder Legislativo não pode através de lei ocupar-se da administração, sob pena de se permitir que o legislador administre invadindo área privativa do Poder Executivo.



Quando o Poder Legislativo do Município edita lei tratando de competência privativa do Poder Executivo, como ocorre no caso em exame, ele acaba por invadir, indevidamente, esfera que é própria da atividade do Administrador Público, violando o princípio da separação de poderes.

Assim, a proposição legislativa ora em análise é verticalmente incompatível com nosso ordenamento constitucional por conter vício de iniciativa por violar o princípio da separação de poderes.

É pacífico na doutrina, bem como na jurisprudência, que ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público. De outra banda, ao Poder Legislativo, de forma primacial, cabe a função de editar leis, ou seja, atos normativos revestidos de generalidade e abstração.

Conforme lição do saudoso professor Hely Lopes Meirelles:

“a Prefeitura não pode legislar, como a Câmara não pode administrar. Cada um dos órgãos tem missão própria e privativa: a Câmara estabelece regra para a Administração; a Prefeitura a executa, convertendo o mandamento legal, genérico e abstrato, em atos administrativos, individuais e concretos. O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e independência dos Poderes, princípio constitucional (art.2º) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante.

(...) todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao



princípio da separação de funções dos órgãos do governo local (CF, art.2º c/c o art.31), podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário.

(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. 15ªed. São Paulo, Malheiros, 2006)

Assim, ao Poder Executivo são outorgadas atribuições típicas da função administrativa, como a determinação das funções e das competências dos órgãos que compõe sua estrutura. Em essência, a separação ou divisão de poderes:

“(...) consiste em confiar cada uma das funções governamentais (legislativa, executiva e jurisdicional) a órgãos diferentes (...) A divisão de Poderes fundamenta-se, pois, em dois elementos: (a) especialização funcional, significando que cada órgão é especializado no exercício de uma função (...); (b) independência orgânica, significando que, além da especialização funcional, é necessário que cada órgão seja efetivamente independente dos outros, o que postula ausência de meios de subordinação”.

(SILVA, José Afonso. Comentário contextual à Constituição, São Paulo: Malheiros, 2006, 2ª ed.)

Deste modo, quando a pretexto de legislar, o Poder Legislativo administra, editando leis que equivalem na prática a verdadeiros atos de administração, viola a harmonia e a independência que deve existir entre os poderes estatais.

Ainda sobre a análise de constitucionalidade, devemos citar o art. 37 da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade,



impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Semelhantemente, a Constituição do Estado de Minas Gerais também adota o referido princípio como fundamento:

Art. 13 - A atividade de administração pública dos Poderes do Estado e a de entidade descentralizada se sujeitarão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade.

O princípio da eficiência exige da administração pública a adoção de posturas e de práticas que eliminem da execução de suas atribuições, obrigações e competências quaisquer condutas, métodos e escolhas que venham a prejudicar o eficaz gerenciamento de recursos e serviços públicos.

O Ministro do STF, Alexandre de Moraes afirma que o princípio da eficiência:

“impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social. Nota-se que não se trata de consagração da tecnocracia, muito pelo contrário, o princípio da eficiência dirige-se para a razão e fim maior do Estado, a prestação de serviços



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.
--------	-----

essenciais à população, visando a adoção de todos os meios legais e morais possíveis para a satisfação do bem comum.”

(Moraes, Alexandre

Complementando este entendimento, Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma que o referido princípio:

“apresenta dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação de agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.”

Nesse sentido, temos que o Projeto de Lei 154/2021 é inócuo, pelo que contraria o princípio constitucional da eficiência por não inovar o ordenamento jurídico, uma vez que suas determinações, conforme se verifica na reposta à diligência apresenta a esta Comissão, simplesmente determinam algo que já deve ser observado na prática.

Vejamos as respostas apresentadas à diligência solicitada por essa Comissão:

a) Quais são as normas técnicas observadas por estes ilustres órgãos para a realização de vistorias, inspeções, intervenções de manutenção, análise e planejamentos em relação às obras de arte especiais no Município?

A SUDECAP segue, para inspeções e vistorias rotineiras e especiais, as seguintes normas da ABNT:



- NBR-9452/201 9 - Associação Brasileira de Normas Técnicas, onde são avaliados de forma expedita as condições e parâmetros de funcionalidade, durabilidade e estabilidade, incluindo ainda estado de conservação e a gravidade dos problemas detectados, respeitando as Normas Brasileiras aplicáveis em cada caso.

Essa classificação segue de acordo com esta norma em 5 níveis de notas, como: 05 - excelente; 04 - Boa; 03 - Regular; 02 - Ruim; 01 - Crítica.

- NBR-16230/2013 - Inspeção de estruturas de concreto — Qualificação e certificação de pessoal — Requisitos.

b) Considerando-se tais normas e as disposições constantes no Projeto de Lei nº 154/2021, o mesmo traz alguma inovação em relação às mesmas?

Entende-se que não há inovação significativa, visto que o Projeto de Lei prevê a obediência às normas previstas na ABNT, o que é inerente às normas citadas no item "a".

c) Tendo em vista as disposições constantes no Projeto de Lei nº 154/2021 e as normas e regras atualmente vigentes no Município de Belo Horizonte para a fiscalização de obras de arte especiais, o Projeto em comento traz alguma inovação aos procedimentos já adotados?

Não, o "PLANO DE GESTÃO DE MANUTENÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS" já atende atualmente o preconizado no Projeto de Lei ou está em fase de atendimento e programação.

d) Por fim, com base nas respostas às questões anteriormente formuladas, indaga-se a estes respeitáveis órgãos sobre a viabilidade, interesse público e eficiências da



implantação da proposta presente no Projeto de Lei nº 154/2021.

A DMAN-SD entende que já estamos atendendo às legislações vigentes e normas técnicas previstas atualmente, em relação à Manutenção de Obras de Arte Especiais, com o "PLANO DE GESTÃO DE MANUTENÇÃO DE OAES". Portanto, não considera a implantação da proposta do referido Projeto de Lei produtora, uma vez que já abrange tecnicamente a matéria.

Nesse sentido, temos que o PL 154/212 além de intentar atribuir funções à órgão do Poder Executivo, em nada inova em seu intento, uma vez que tão somente reafirma as normas que já devem ser observadas para o correto e eficiente desempenho das atividades e atribuições inerentes do órgão.

Por estas razões concluímos pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei 154/2021.

1.2) Da Legalidade e da Regimentalidade

Tendo em vista a constatação da inconstitucionalidade do Projeto de Lei 154/2021, restam prejudicados os exames da Legalidade e Regimentalidade do mesmo.

2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto é pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 154/2021.

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2021.



Comissão de Legislação e Justiça

Parecer em primeiro turno sobre o Projeto de Lei nº 161/2021

Voto do relator

1. RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 161/2021, de autoria dos Vereadores Irlan Melo; Fernanda Pereira Altoé; Braulio Lara; Ciro Pereira; Cláudio do Mundo Novo; Flávia Borja; Helinho da Farmácia; José Ferreira; Marcela Trópia; Nikolas Ferreira; Professor Juliano Lopes; Professora Marli; Reinaldo Gomes Preto Sacolão; Wesley e Wilsinho da Tabu, que "Acrescenta o capítulo VIII-A - Da concessão de crédito tributário - à Lei nº 8.725, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN."

Tendo sido devidamente instruído com a legislação correlata e recebido pela Presidente, consoante despacho de recebimento, passo a emitir parecer, na forma do art. 52, I, "a". do Regimento Interno.

Designado Relator para a matéria, passo a decidir o aspecto constitucional, legal e regimental do projeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei pretende ampliar as possibilidades de utilização de crédito tributário referente ao aproveitamento de parcela do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISSQN — incidente sobre serviços acobertados por Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

O art. 23 da Lei nº 9.795, de 28 de dezembro de 2009, instituiu o Programa BH Nota 10, que consiste em um programa de desconto em que até 30% (trinta por cento) dos valores pagos a título de ISSQN sobre serviços prestados no Município de Belo Horizonte podem ser convertidos em crédito para abatimento do Imposto



Sobre a Propriedade Territorial Urbana — IPTU. Sendo assim, trata-se de concessão de crédito tributário já previsto em lei, mas com possibilidade de utilização restrita, qual seja, em abatimento do IPTU. Por sua vez, o projeto de lei proposto pretende expandir as formas de utilização desse crédito, sem que haja ampliação do percentual máximo para concessão do crédito.

Assim, após breve explanação do mérito, passo à análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, para verificar a conformidade dos aspectos constitucional, legal e regimental do Projeto em tela.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 2º, consagrou o princípio da separação dos poderes, o qual determina:

“Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

A constituição do Estado de Minas Gerais ratifica o entendimento em seu artigo 6º:

“Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o judiciário. Parágrafo único Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.”

O princípio da separação dos poderes tem como pilares a independência e harmonia entre legislativo, executivo e judiciário. Não é possível que um poder ingresse na esfera de atuação do outro, invadindo as competências que lhe foram atribuídas. Sendo assim, cada poder tem a esfera de atuação típica que lhe compete.

O Projeto de Lei encontra amparo no art. 30, incisos I e II, da Constituição da República, que reserva ao Município a competência para “legislar sobre assuntos de interesse local”, bem como “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”. No mesmo sentido a disciplina contida no art. 171, da Constituição do



Estado de Minas Gerais que, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar “sobre assuntos de interesse local”.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal declarou constitucional a competência do poder legislativo para legislar matérias tributárias. Inexistindo, no atual texto constitucional, previsão de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.

Transposta esta etapa, passemos a análise da Legalidade.

2.2. DA LEGALIDADE E JURIDICIDADE

Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância de qualquer regra com as Leis, legitimando os atos da administração pública.

Embora o percentual de crédito do ISSQN seja mantido na proposição em 30%, tal como admitido no "Programa BH Nota 10", este projeto promoveria a ampliação do universo dos tomadores de serviço que poderão se habilitar à fruição do benefício, notadamente as pessoas jurídicas em geral, alargando significativamente a base ou receita tributável do ISSQN passível de gerar o referido crédito.

Da análise feita, identificamos que ao prever benefício e incentivo fiscal, o projeto onera o erário sem a previsão das fontes suficientes para suportar o impacto financeiro-orçamentário, nem tampouco indica medidas de compensação em face dos benefícios concedidos, o que indica a não observância dos arts. 14, 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar Federal 101/2000.

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;



II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.”

“Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.”

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.”

Desta forma, do ponto de vista legal e jurídico, entendo que o Projeto de Lei 161/2021 está em desacordo com a legislação infraconstitucional e contra o ordenamento jurídico vigente, manifestando pela ilegalidade do mesmo.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

No que tange à regimentalidade do Projeto de Lei nº 161/2021, verifico que fora instruído corretamente de acordo com as normas dispostas no Regimento Interno e com a técnica legislativa. Assim, no que diz respeito à regimentalidade não verifico irregularidade capaz de impedir o prosseguimento da proposta.

3. DA CONCLUSÃO

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 161/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2021

Vereador Gabriel

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 176/2021
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria dos Vereadores Marcos Crispim; Álvaro Damião; Gabriel; Henrique Braga; Jorge Santos; Wanderley Porto que *Acréscenta os incisos VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII ao Art. 3º à Lei 10.604, de 15 de janeiro de 2013, que dispõe sobre os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Municipal de Atenção à Saúde do Homem.*

A Justificativa do Autor encontra-se nas folhas de nº 03/05.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 06/18.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

Em síntese, é o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 176/2021, em suma, acrescenta dispositivos normativos à lei 10.604, de 2013, que dispõe sobre os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Municipal de Atenção Integral a Saúde do Homem.

Segundo informam os autores do Projeto em apreço, na justificativa,

Os homens são acometidos de algumas doenças ou agravos à saúde especificadamente relacionados ao

sexo masculino, tais como os cânceres e as infecções da próstata, do pênis e dos testículos, mas estão sujeitos a outros transtornos da saúde que, embora cometam também as mulheres, apresentam taxas de morbimortalidade mais elevadas na população masculina.

(...)

Assim, o presente projeto de lei procura enfatizar a necessidade de que o Poder Executivo Municipal formulem, implementem e mantenham política específica de atenção à saúde da população masculina, segmento cujos indicadores de morbimortalidade contradizem a cultura popular que considera o homem um representante do sexo forte. Faz-se necessário que, mediante tal política, essa característica se tome realidade e se reflita nos indicadores epidemiológicos.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e/ou da Constituição Estadual.

Não obstante a matéria estar em consonância com a competência prevista no art. 30, I, da Magna Carta e art. 171, I da Carta Mineira, por tratar-se de "assuntos de interesse local", o Projeto de Lei nº 176/2021 encontra-se eivado de inconstitucionalidade, pois viola, em sua integralidade, o princípio da harmonia e separação dos poderes, previstos no art. 2º da

Constituição da República (1988) e no art. 6º da Constituição Mineira (1989).

Conforme pode-se observar nos dispositivos do Projeto de Lei nº 176/2021 abaixo, todos os incisos que o Projeto almeja incluir na Lei 10.604 de 2013 estabelecem atribuições ao Poder Executivo.

Art. 3º No âmbito do sistema municipal de saúde, a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem tem como objetivo

(...)

VI — Apoiar técnica e financeiramente a implementação e acompanhar, no âmbito de sua competência, a implantação da Política Municipal de Atenção Integral a Saúde do Homem;

VII — Promover, no âmbito de sua competência, a articulação intersetorial e interinstitucional necessária à implementação da Política;

VIII — Promover a qualificação das equipes de saúde para execução das ações propostas na Política Municipal de Atenção Integral a Saúde do Homem;

IX — Capacitação técnica e qualificação dos profissionais de saúde para atendimento do homem;

X — Analisar os indicadores que permitam aos gestores monitorar as ações e os serviços e avaliar seu impacto, redefinindo as estratégias e/ou atividades que se fizerem necessárias.

XI — Integralidade, que abrange:

(a) assistência à saúde do usuário em todos os níveis da atenção, na perspectiva de uma linha de cuidado que estabeleça uma dinâmica de referência

e de contra referência entre a atenção básica e as de média e alta complexidade, assegurando a continuidade no processo de atenção;

b) compreensão sobre os agravos e a complexidade dos modos de vida e da situação social do indivíduo, a fim de promover intervenções sistêmicas que envolvam, inclusive, as determinações sociais sobre a saúde e a doença;

XII — organização dos serviços públicos de saúde de modo a acolher e fazer com que o homem sintasse integrado;

XIII — implementação hierarquizada da política, priorizando a atenção básica.

Resta claro que, ao estabelecer diversas ações aos órgãos pertencentes à administração municipal, o Projeto de Lei nº 176/2021 vai de encontro com o art. 66, III, f, da Constituição Estadual.

Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

III - do Governador do Estado:

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a competência normativa da União;

Em razão do princípio da simetria, que obriga o Município a observar as normas constitucionais que tratam do processo legislativo, a competência para criar atribuições e obrigação no âmbito municipal são privativas do Prefeito.

Com base no exposto acima, e apesar da nobre iniciativa dos autores, a proposição em comento afigura-se inconstitucional.

2.2 Da Legalidade e da Regimentalidade

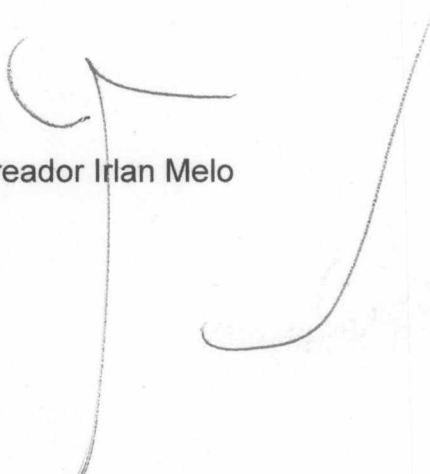
Tendo em vista a conclusão pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 176/2021, resta prejudicada a análise da legalidade e regimentalidade.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 176/2021.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2021


Vereador Irlan Melo



PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 182/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 182/2021 de autoria dos nobres Vereadores Ciro Pereira e Nikolas Ferreira, que “***Torna obrigatório o cumprimento de Programa de Integridade nas contratações públicas que menciona e dá outras providências***”.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. 38 dos autos da proposição em análise, o Projeto foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) Fundamentação

O Projeto de Lei nº 182/2021 alvo deste parecer, obriga as empresas contratadas pela administração pública para execução de obra ou serviço de engenharia com valor superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) e de serviços ou compras com valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), a implementarem o Programa de Integridade e cumpri-lo durante toda a execução do contrato administrativo.

CM-BH-Dir. Leg. Legislativa-17-Ser-2021-1433-002518-1/2



O Programa de Integridade trata-se do conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, de políticas e de diretrizes, com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Município.

Os Autores do PL justificam sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

“O desperdício e o escamoteamento dos recursos públicos geram enorme prejuízo à população, ficando esta desassistida de serviços básicos ou de melhorias nestes, quando os recursos públicos, que são escassos, se perderam na má gestão ou na gestão fraudulenta praticada.

A incredulidade da população na gestão destes recursos está, muitas vezes, apoiada na incerteza ou no desconhecimento do funcionamento da máquina pública, fato este que deve ser superado por meio de medidas que assegurem a participação popular no controle e na gestão dos recursos públicos.

O sistema brasileiro de combate à corrupção muito se apoiou em medidas repressivas e profiláticas, esquecendo-se de instituir medidas educativas e preventivas que evitem a ocorrência dessa prática, sendo este o foco deste projeto de lei.”

Sem adentrar no mérito das questões que envolvem a análise das demais comissões temáticas desta casa, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional**, **legal** e **regimental** do Projeto.

1.1) Da Constitucionalidade



Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 182/2021.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma *compatibilidade vertical* das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal** e **material**.

A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a



competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 182/2021.

Temos no art. 22, inciso XXVII da Constituição Federal a seguinte disposição:

Art. 22. Compete **privativamente** à União legislar sobre:

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

Com esteio na referida previsão constitucional, lastreada no critério de repartição vertical de competência, caberá à União **definir as normas gerais** sobre o tema, sendo, por outro lado, permitido aos demais entes **legislar sobre normas específicas de acordo com as suas particularidades**.

Assim, apenas as normas gerais são de observância obrigatória para as demais esferas de governo, sendo-lhes permitida regular a parte que lhes cabe conforme suas peculiaridades regionais (Estados) ou locais (Municípios).



Atualmente, temos em vigência no ordenamento jurídico nacional a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/21 que tratam sobre licitações e contratos administrativos, **definindo as normas gerais a serem seguidas pelos demais entes:**

Lei nº 8.666/93:

Art.1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Lei nº 14.133/21:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

- I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;
- II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

Temos que a Lei nº 14.133/21 traz em seu bojo a exigência da implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, nos termos de seu art. 25, § 4º:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos



e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 4º **Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto**, o edital deverá prever a **obrigatoriedade de implantação de programa de integridade** pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.

Importante mencionar, que a Lei nº 14.133/21 determina a implantação do programa de integridade nas contratações de grande vulto e em seu art. 6º, considera como tais:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXII - **obras, serviços e fornecimentos de grande vulto**: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

Cumpre salientar, que ainda que a Lei nº 14.133/21 esteja em vigor, a Lei nº 8.666/93 tem vigência até 2023:

Lei nº 14.133/21:

Art. 193. **Revogam-se:**

II - **a Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.

Art. 194. **Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**



Assim, a Administração poderá escolher qual das duas leis pretende utilizar nos certames, considerando-se o impedimento de se conjugar dispositivos de ambos os diplomas simultaneamente.

Pois bem, dito isto, destacamos os seguintes dispositivos do Projeto de Lei 182/2021:

Art. 1º - A empresa contratada pela administração pública para execução de obra ou serviço de engenharia com valor superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) e de serviços ou compras com valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) deverá implementar Programa de Integridade e cumpri-lo durante toda a execução do contrato administrativo.

Dito isto e em análise aos dispositivos constantes no PL 182/2021, verifica-se que o mesmo está de fato a **tratar de normas gerais de licitação e contratação, atentando contra a competência privativa da União para regular a matéria.**

Temos que a determinação constante no inciso XXVII do art. 22 da Carta Magna não elide a competência suplementar dos estados e dos municípios para criarem requisitos especiais de contratação, **desde que os mesmos estejam diretamente relacionados às particularidades locais ou ao objeto licitado.**

Vejamos as seguintes decisões do STF:

“as condições genéricas - aquelas que independem das circunstâncias da situação concreta a serem atendidas pelos entes privados para participar da licitação ou para contratar com a administração pública enquadram-se no conceito de normas gerais, nos termos previstos no art. 22, inciso XXVII, da Carta Federal, porque podem, de antemão, desequilibrar o tratamento



igualitário devido aos potenciais participantes do concurso, restringir o âmbito de competição do certame e influir de maneira decisiva no processo para a escolha da melhor proposta. É matéria portanto, de observância uniforme em toda a Federação.”
(ADI 3092, Rel. Min. Marco Aurélio, D.le de 22.06.20)

E ainda:

"o dispositivo atacado estabelece um critério a ser observado de modo geral nos contratos administrativos do Governo do Distrito Federal, vale dizer, que não especifica tampouco destaca tema capaz de retirar-lhe a abstração, a generalidade e impessoalidade: também não se trata de norma especial, atinente a particularidades da orientação local - mas, sim, de norma geral de incapacitação para licitar.”
(ADI 3670. Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 18.5.2007)"

Assim, conforme infere-se da interpretação consolidada pelo STF sobre o tema em análise, observa-se que as determinações constantes no Projeto tratam-se verdadeiramente de normas gerais de contratação da administração, usurpando assim a competência privativa da União para legislar a respeito da matéria, uma vez que efetivamente as determinações objeto do Projeto não se tratam de normas especiais, atinentes a particularidades da orientação local, mas sim de normas gerais delimitadoras da capacidade para licitar, sem trazer quaisquer elementos de natureza específica aptos a atrair a competência legislativa do município, tais como aqueles relacionados às peculiaridades do interesse local ou à situações concretas e específicas do mesmo.

Além de legislar sobre normas gerais, o que por si só já enseja sua inconstitucionalidade, o Projeto ainda contraria a observância obrigatória destas mesmas normas ao estabelecer valor diverso de contratação para aplicação do programa de integridade.



Temos que no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado **o princípio da separação dos poderes:**

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

O que também é ratificado pelo **art. 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:**

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Dessa forma, não é admissível que um Poder ingresse na área de atuação do outro Poder, que invada as competências que lhes foram atribuídas.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Ao legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, o PL182/21 acaba por transgredir o princípio da separação e independência dos Poderes conforme preconizado pelas Constituições Federal e Estadual.



Essa conclusão está em sintonia com o princípio da simetria, que determina que os Estados e os Municípios sujeitem suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas às normas jurídicas presentes na Constituição Federal, principalmente as relacionadas a estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos **e limites de sua própria atuação.**

Verifica-se assim, que nos termos do princípio da separação dos poderes, a Lei Orgânica e a Constituição Estadual, perfilhando as diretrizes da Constituição Federal, atribuem a um Poder competências próprias, insuscetíveis de invasão por outro.

Quando o Poder Legislativo do Município edita lei tratando de competência privativa do Poder Executivo, como ocorre no caso em exame, ele acaba por invadir, indevidamente, esfera que é própria da atividade do Administrador Público, violando o princípio da separação de poderes.

Assim, a proposição legislativa ora em análise é verticalmente incompatível com nosso ordenamento constitucional por conter vício de iniciativa por violar o princípio da separação de poderes.

Deste modo, quando a pretexto de legislar, o Poder Legislativo cria leis que ultrapassam sua competência ou ainda, quando administra ao editar leis que equivalem na prática a verdadeiros atos de administração, **acaba por violar a harmonia e a independência que deve existir entre os poderes estatais.**

No que tange à análise quanto ao aspecto material da constitucionalidade, temos que no art. 37º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da eficiência:



Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte:

Semelhantemente, a Constituição do Estado de Minas Gerais também adota o referido princípio como fundamento:

Art. 13 - A atividade de administração pública dos Poderes do Estado e a de entidade descentralizada se sujeitarão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, **eficiência** e razoabilidade.

O princípio da eficiência exige da administração pública a adoção de posturas e de práticas que eliminem da execução de suas atribuições, obrigações e competências quaisquer condutas, métodos e escolhas que venham a prejudicar o eficaz gerenciamento de recursos e serviços públicos.

O Ministro Alexandre de Moraes afirma que o princípio da eficiência:

“impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social. Nota-se que não se trata de consagração da tecnocracia, muito pelo contrário, o princípio da eficiência dirige-se



para a razão e fim maior do Estado, a prestação de serviços essenciais à população, visando a adoção de todos os meios legais e morais possíveis para a satisfação do bem comum.”

Complementando este entendimento, Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma que o referido princípio:

“apresenta dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação de agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.”

Nesse sentido, temos que o Projeto de Lei 182/2021 é inócuo, uma vez que contraria o princípio constitucional da eficiência, por não inovar o ordenamento jurídico, uma vez que suas determinações já constam da Lei nº 14.133/21:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 4º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.



Feitas essas considerações e ao que pese a presente iniciativa legislativa ter bons propósitos, a mesma contrapõe os preceitos normativos da Carta Maior e de nossa Constituição Estadual e portanto, reputamos o Projeto de Lei 182/2021 por **inconstitucional**.

1.2) Da Legalidade e da Regimentalidade

Tendo em vista a constatação da **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei 182/2021, restam prejudicados os exames da Legalidade e Regimentalidade do mesmo.

2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto é pela ***inconstitucionalidade*** do Projeto de Lei nº 182/2021.

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2021.


Vereador Jorge Santos

Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 183/2021

VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria da Vereadora Professora Marli que *Institui, no âmbito do Município de Belo Horizonte, o Programa "Rua para todos " e dá outras providências.*

A justificativa da autora encontra-se na fl. de nº 02.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 03/09.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

Em síntese, é o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 183/2021, em suma, almeja instituir o programa “Rua para todos”, no âmbito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de *autorizar que algumas ruas, conforme demanda dos moradores da região, fiquem disponíveis para a população durante os domingos e feriados, por um período de tempo determinado, para a prática de atividades culturais, esportivas e recreativas.*

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e/ou da Constituição Estadual.

A proposição encontra-se dentro dos limites da Constitucionalidade, haja vista encontrar-se em consonância com a competência municipal estabelecida no Art. 30, I, da Constituição da República, bem como com a disposição do art. 171, I da Constituição Mineira.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 171 – Ao Município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local, (...):

Não obstante a matéria adequar-se à competência municipal, o parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei nº 183/2021 adentra em matéria de gestão administrativa da cidade.

Determinar o dia e o horário em que ocorrerá o programa “Rua para todos” são atos de exclusiva competência do Poder Executivo, a quem recai o dever de elaborar estudos técnicos sobre o impacto das atividades propostas no trânsito e na segurança da população. Portanto, necessário se faz suprimir o dispositivo citado sob pena de se declarar a inconstitucionalidade do Projeto em comento por promover ingerência em atos de administração dos órgãos do Poder Executivo.

Cumprе ressaltar ainda que o Projeto de Lei nº 183/2021, ao instituir um programa com intuito de promover a prática de atividades culturais, esportivas e recreativas, busca concretizar os direitos e garantias fundamentais previstos no Art. 6º da Constituição.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Por fim, cabe destacar que o Projeto se encontra em perfeita sintonia com o dever constitucional estabelecido no Art. 217, §3º, da Constituição Federal.

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

(...)

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Por tudo exposto, a proposição em comento – mediante a apresentação de emenda –, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

2.2 Da Legalidade

A doutrina tem adotado o entendimento de que o princípio de juridicidade engloba o princípio da legalidade. A distinção entre ambos consiste no fato de a juridicidade encontrar-se no domínio amplo de direito. Exige-se do ato a conformidade não só com as regras jurídicas, mas, também, com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito, previstos explícita e implicitamente na Constituição. Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.

Passada a introdução supra, parte-se para a análise da juridicidade e da legalidade.

Cumprе ressaltar, em primeiro momento que o Projeto de Lei nº 183/2021 encontra-se em pleno acordo com a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, em especial com os art. 173, caput, e 174. *In verbis*:

Art. 173 - O Município promoverá, estimulará, orientará e apoiará a prática desportiva e a educação física, (...):

(....)

Art. 174 - O Município apoiará e incentivará o lazer e o reconhecerá como forma de promoção social.

Parágrafo único - Os parques, os jardins, as praças e os quarteirões fechados são espaços privilegiados para o lazer.

Ademais cumpre ainda observar que não há conflito da proposição em apreço com o código de posturas do município (Lei 8.616/2003), com a Lei 9.063 de 2005 – que *Regula procedimentos e exigências para a realização de eventos em Belo Horizonte* – e com as demais legislações infraconstitucionais do ordenamento pátrio.

Evidencia-se, também, o caráter inovador do projeto ao buscar estabelecer, por meio de Lei, um Programa de incentivo e promoção de práticas culturais, desportivas e recreativas.

O Projeto de Lei nº 183/2021, dessarte, está em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio, sendo respaldado pela legalidade e pela juridicidade.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que concerne à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 183/2021, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

Sou, então, pela conclusão que segue.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 183/2021, com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2021.



Vereador Irlan Melo

EMENDA SUPRESSIVA Nº ____ AO PROJETO DE LEI Nº 183/2021

Suprima-se o Parágrafo único do Art. 2º do Projeto de Lei nº 183/2021.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2021



Vereador Irlan Melo

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 181/2021

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 181/2021, de autoria do vereador Wesley, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Prefeito Alexandre Kalil, solicitando seja encaminhado ao órgão competente para emissão de parecer sobre as condições de viabilidade, conforme Lei 9.691/2009, da nomeação do próprio denominado Praça 4299 (código 300130) no Bairro Dom Cabral, Belo Horizonte, como Praça Lia Borges.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2021


Vereador Irlan Melo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM TURNO ÚNICO – PROJETO DE LEI Nº 185/2021

VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria dos Vereadores Álvaro Damião, Jorge Santos, Marcos Crispim, Professora Marli, Walter Tosta, Wanderley Porto que Institui o “Dia Municipal do Atleta Paralímpico” a ser comemorado anualmente no dia 23 de setembro, no âmbito do município de Belo Horizonte.

A Justificativa do Autor encontra-se nas folhas de nº 02/03.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 04/05.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação do parecer.

Em síntese, é o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

De autoria dos Vereadores Álvaro Damião, Jorge Santos, Marcos Crispim, Professora Marli, Walter Tosta, Wanderley Porto, o Projeto de Lei nº 185/2021 almeja, em suma, instituir em Belo Horizonte o Dia Municipal do Atleta Paralímpico, a ser comemorado anualmente no dia 23 de setembro.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e/ou da Constituição Estadual.

CMR - Diret. Legislativa - 20-Ser-2021-12:54-002336-1/2

O projeto de Lei em apreço encontra-se em consonância com a Constituição da República e com a Constituição Mineira, haja vista a questão analisada trata-se de matéria de interesse local. Nestes termos a proposição encontra-se amparada pela disposição do art. 30, I, da Magna Carta e do art. 171, I, da Carta Mineira.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 171 —Ao Município compete legislar:

I — sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Evidencia-se que o Projeto em tela não ventila, em sua matéria, preceitos sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, tampouco estabelece atribuições aos órgãos do Poder Executivo

Por tudo exposto, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.


2.2 Da Juridicidade e da Legalidade

A doutrina tem adotado o entendimento de que o princípio de juridicidade engloba o princípio da legalidade. A distinção entre ambos consiste no fato de a juridicidade encontrar-se no domínio amplo de direito. Exige-se do ato a conformidade não só com as regras jurídicas, mas, também, com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito, previstos explícita e implicitamente na Constituição. Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com princípios que informam o ordenamento jurídico, consagrados pelos diversos ramos do Direito.

Passada a introdução supra, parte-se para a análise da juridicidade e da legalidade.

No que concerne ao tópico em tela, observa-se que não há conflito do Projeto de Lei nº 185/2021 com a legislação infraconstitucional do ordenamento jurídico pátrio.



Evidencia-se, ainda, o caráter inovador da proposição, haja vista estabelecer no dia 23 de setembro, em âmbito municipal, a data comemorativa do Dia Municipal do Atleta Paralímpico.

O Projeto de Lei nº 185/2021, dessarte, encontra-se respaldado pela legalidade e juridicidade.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que diz respeito à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 185/2021, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

3. DO MÉRITO

No que diz respeito ao mérito, decido pela aprovação do Projeto de Lei nº 185, haja vista tratar-se de uma simbólica homenagem aos Atletas Paralímpicos, que por meio de seu empenho profissional, conferem visibilidade e reforçam a importância do debate sobre a inclusão das pessoas com deficiência.

Não restam dúvidas, portanto, acerca da importância em atentar a sociedade e o Poder Público – ainda que de forma apenas simbólica, com a implementação de uma Lei estabelecendo uma data comemorativa sobre o tema – acerca do quão significativo são os atletas paralímpicos, que – não bastasse o acima exposto – ainda servem de referência para as demais pessoas, seja com deficiência ou não, no enfrentamento das dificuldades diárias e para o alcance de conquistas no âmbito pessoal.

Em razão do acima exposto, manifesto pela aprovação do Projeto de Lei nº 185/2021.

4. DA CONCLUSÃO

